



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/03/2015

INDICE

1. AÇÕES CORREGEDORIA	
1.1. JORNAL O PROGRESSO.....	1
1.2. JORNAL O QUARTO PODER.....	2 - 3
1.3. JORNAL PEQUENO.....	4 - 6
2. CNJ	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	7
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	8
4. ESMAM	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	9
5. EVENTOS	
5.1. JORNAL PEQUENO.....	10
6. FÓRUM DE SÃO LUÍS	
6.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	11
6.2. JORNAL PEQUENO.....	12
7. JUIZADOS ESPECIAIS	
7.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	13
8. VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
8.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	14
8.2. JORNAL O QUARTO PODER.....	15
8.3. JORNAL PEQUENO.....	16



Felizes para sempre
Um abraço aos novos casais de São Luís, Sargento (BM), Ricardo e Dona Laura Pires, os dois sacramentaram a união matrimonial, nesta sexta-feira (27), no Fórum Desembargador Sarney Costa no Calhau. O come e bebes foi na residencial do casal, no bairro do Gapara , com vários convidados ilustres.

JUSTIÇA SOCIAL

Estado do MA passa a integrar Comissão de Regularização Fundiária

O Governo do Maranhão passa a integrar a Comissão de Regularização Fundiária, para ampliar o número de áreas legalizadas na Grande Ilha e promover justiça social. A decisão foi apresentada pelo governador Flávio Dino na tarde de sexta-feira (27), durante reunião com a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luiza Nepomucena; com representantes da Superintendência de Patrimônio da União e da Prefeitura de São Luís, além de membros do governo.

"Desenvolvimento e justiça social são as nossas bandeiras. Vamos definir as áreas prioritárias de regularização e garantir a compatibilização de todos os interesses em um projeto de desenvolvimento e justiça social, que é o que nosso governo propõe", afirmou o governador ao explicar que o Estado passa a fazer parte da Comissão de Regularização Fundiária da Grande Ilha.

Formada pela Corregedoria Geral de Justiça, 1ª Vara de Fazenda Pública, Prefeitura de São Luís, Serviço de Patrimônio da União (SPU), 8º Cartório de Notas do Itaqui-Bacanga e os dois Cartórios de Registros de Imóveis de São Luís, a Comissão de Regularização Fundiária passa a contar também com o Governo do Maranhão.

A juíza da 1ª Vara de Fazenda Pública ressaltou a importância do apoio logístico do Governo do Estado



Flávio Dino dialoga com membros da Comissão de Regularização Fundiária

para a resolução da questão fundiária da Grande Ilha. "A demanda para a regularização de imóveis da capital é muito grande, por isso, é preciso que concorram os órgãos do Estado, do município e a comunidade. É louvável a iniciativa de todos que compõem a comissão para implementar e resgatar essa dívida social, principalmente na Ilha de São Luís que basicamente está assentada em terrenos precarizados", explicou a juíza Luiza Nepomucena.

Durante a reunião com representantes de todos os órgãos da comissão foi deliberada a necessidade de promover amplo diagnóstico das áreas que precisam de legalização na Grande Ilha. Para assegurar maior celeridade a

este processo, o governador Flávio Dino determinou que a secretaria de Cidades, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) passem a fazer parte do grupo.

"O Estado, necessariamente, deve compor esse grupo intersetorial para promover regularização de áreas, principalmente aquelas que são ocupadas por famílias de baixa renda", disse a secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Flávia Alexandrina, ao explicar que no âmbito do PAC Rio Anil, inicialmente, o benefício será levado a mais de três mil famílias.

Para o presidente do Iterma, Mauro Jorge, a comissão interinstitucional que, conjun-

tamente, aprovará os projetos de regularização fundiária é de fundamental importância para a resolução do problema da questão fundiária da Grande Ilha. "Temos uma demanda muito grande nesta área e esta força tarefa certamente será um grande passo para resolver a questão fundiária na região metropolitana de São Luís", disse.

Também estiveram na reunião os secretários Flávia Alexandrina (Casa Civil), Marcelo Tavares (Casa Civil); o presidente do Iterma, Mauro Jorge; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; o secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Diogo Diniz Lima; e o superintendente do Patrimônio Público da União no Maranhão, Jorge Luís Pinto.

Redescobrimos os Juizados Especiais

FÁTIMA NANCY ANDRIGHI

Há momentos na vida que se faz necessário um olhar com ternura ao passado. E essa necessidade quase que vital só aparece quando a quantificação dos anos vividos se torna expressiva.

No cumprimento da missão de Corregedora Nacional de Justiça meu olhar de ternura se volta aos Juizados Informais de Pequenas Causas, Juizados de Pequenas Causas, aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, aos Juizados Especiais Federais e ao sonho maior na década de noventa - os Juizados Especiais de Família, porque conservo ainda a certeza de que eles foram e sempre serão um divisor de águas na história do Poder Judiciário.

Não é hora para acalentar saudosismo! Ele apenas aquece o coração!

A hora é de olhar pensando no trabalho e se ocupar com muito idealismo e determinação nos pontos que os Juizados Especiais ainda tem muito a render e produzir em favor do cidadão brasileiro. Me refiro aquele idealismo e, porque não dizer, verdadeira euforia que povoou o coração de alguns juizes por volta dos anos de 1980, 1981...

A Corregedoria Nacional de Justiça jamais olvida das suas obrigações constitucionais: a vertente punitiva, hoje temos apenas 46 sindicân-

cias em face de juizes, mas investe, neste momento com muita ênfase na vertente do dever de ajudar, de socorrer o trabalho jurisdicional de cada juiz brasileiro que, sempre se destaca pela forma criativa de resolver as incontáveis dificuldades que deve superar em comarcas tão diferenciadas deste país continental.

E, é atenta às essas abissais diferenças de comarca para comarca, de estado para estado que a Corregedoria Nacional de Justiça passa a se empenhar com afincos e determinação juntamente e anelada aos grandes juizes que conduzem as historicamente denominadas pequenas causas.

O primeiro passo é a releitura do artigo 2, da Lei nº 9.099/95, e, releitura, porque temos hoje um histórico de experiência recolhida ao longo de 20 anos de vigência da lei, daquilo que produz resultados e das práticas que não produzem os efeitos desejados observada a realidade diferenciada de cada lugar de funcionamento dos Juizados Especiais.

Os critérios que devem orientar o processo que tramita nos Juizados são: Oralidade, Simplicidade, Informalidade, Economia Processual e Celeridade.

Lembro do assombro de muitos de nós juizes ao ler pela primeira vez esse artigo, iniciando por abolir a palavra consagrada em todos os códigos "princípios" substituindo-a por "critérios". Tu-

do era diferente, tudo tinha um propósito: distanciar ao máximo a Justiça Especial que estava sendo instalada no país das reconhecidas dificuldades e mazelas dos processos que tramitam pela Justiça tradicional. Todavia, naquela época não tínhamos a noção do funcionamento da nova e grandiosa experiência de instalar uma "nova justiça" no país.

Hoje estamos mais preparados, conhecemos as dificuldades e podemos identificar muitas soluções, na verdade temos condições de REDESCOBRIR os Juizados Especiais acionando toda a sua potencialidade de uma lei que veio com foco além do seu tempo, em 1995, quando nos juizes caminhávamos com passos trôpegos diante de tanta modernidade.

Por todas essas razões, convido todos os grandes e devotados juizes que prestam jurisdição nos Juizados Especiais a juntos REDESCOBRIRMOS OS JUIZADOS ESPECIAIS não criando órgãos, comissões, grupos de trabalho, fórum, mas demonstrando com o nosso abalizado e indiscutível conhecimento de quem faz audiência todos os dias nas salas dos Juizados como essa Justiça Especial deve funcionar para atingir o seu único objetivo: atender o cidadão nas dificuldades conflituosas do dia a dia e que acabam por interferir na necessária Paz social.

Coordenadora Honorária Nacional dos Juizados Especiais

Trabalhadores comemoram aprovação de medidas do governo do Estado

As medidas provisórias encaminhadas pelo governador Flávio Dino à Assembleia Legislativa (AL) e aprovadas pelos deputados estaduais foram bem recebidas pelos representantes das categorias profissionais dos servidores públicos. Entre as conquistas estão reajuste de 13,01% nos vencimentos dos professores, aumento de gratificação para gestores escolares, defesa dos militares pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e criação das Secretarias de Agricultura Familiar e da Transparência.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipal do Estado do Maranhão (Sinproesemma), Júlio Pinheiro, recebeu a notícia do reajuste de forma positiva. Ele lembrou que, para obter o benefício, os educadores não precisaram recorrer ao enfrentamento com paralisações, o que ocorria em anos anteriores.

“Há muito tempo lutamos para cumprir a lei do piso, mas tivemos que fazer greves históricas para que o governo passado cumprisse. Já com Flávio Dino não foi preciso tomarmos medidas radicais. O reajuste veio sem ocorrer qualquer manifestação da categoria, ratificando o compromisso do governador com a educação. O novo salário do professor é resultado da sensibilização de Flávio que sabe da importância da educação para o estado”, afirmou Júlio Pinheiro.

A aprovação da MP 192/2015 beneficia 28.577 profissionais da educação e o reajuste salarial dos professores da Educação Básica é uma das medidas que parte do pacote de benefícios destinado à área da educação. O governo Flávio Dino estabeleceu diversas medidas direcionadas à área da educação, como progressão salarial dos professores da rede estadual de ensino, reajuste dos professores contratados, reforma emergencial de 93 escolas e a realização de seletivo para a contratação de mil professores.

Entre as outras MPs aprovadas essa semana estão as 185, 186 e 187, que tratam respectivamente, da representação judicial de policiais e bombeiros pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), da criação da Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC) e da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF). As medidas definem também uma mudança no modelo de gestão e a valorização de categorias fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

“Agora nós temos mais segurança para atuar na defesa da sociedade, sabendo que estamos amparados pelo Governo. Em caso de necessidade, não teremos mais que tirar dinheiro do próprio bolso e pagar advogados. Isso foi muito bem visto por nossa categoria”, afirmou o presidente da Associação dos Servidores

Públicos Militares do Maranhão, João Ronaldo de Souza Mendes, a respeito da MP 185, que trata da representação de policiais civis, policiais militares e bombeiros pela PGE.

A representação é válida somente para ações judiciais em decorrência da atividade profissional. A medida está alinhada com a política do Governo do Maranhão para fortalecimento do sistema de segurança pública para reverter o atual cenário de violência.

Também tiveram repercussão a aprovação das MPs 186 e 187, que definiram uma minirreforma administrativa. Foram extintos órgãos públicos que atuavam de forma sobreposta e criadas duas novas secretarias: Transparência e Controle (STC) e Agricultura Familiar (SAF). A mudança garantiu o aumento da eficiência da máquina pública e mais qualidade dos serviços prestados à população.

Além de desenvolver as competências e incumbências da Controladoria e da Corregedoria Geral do Estado, a STC vai ajudar direta e imediatamente na defesa do patrimônio público um dos compromissos assumidos pelo governador Flávio Dino desde o período de campanha. Entre as responsabilidades da STC estão controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção, atividades de ouvidoria e o incremento da transparência da gestão.

“Uma novidade muito inte-

ressante é a ouvidoria, que permitirá que a própria população faça denúncias para a secretaria investigar. Além disso, percebemos uma mudança do modelo de gestão. Antes estávamos muito focados apenas nas fiscalizações. Agora, além disso, vamos assessorar as secretarias para evitar que atos administrativos irregulares sejam realizados”, explicou o presidente da Associação de Auditores da Auditoria Geral do Estado, José Carlos de Abreu Fernandes.

Já a SAF fará a reestruturação de todo o sistema administrativo de apoio e assistência técnica à agricultura familiar, beneficiando mais de dois milhões de agricultores do Estado. A criação dessa secretaria atende a reivindicações antigas dos trabalhadores rurais do Maranhão e assegura o compromisso da gestão estadual em valorizar o setor.

“Há muito tempo o movimento sindical solicitava uma secretaria que discutisse e valorizasse a agricultura familiar. Acredito que agora teremos um olhar mais atencioso para as nossas causas, como amenizar as desigualdades existentes entre o campo e a cidade, principalmente no que diz respeito à educação”, frisou a secretária-geral da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão, Ângela Silva. (Secom)

Trabalhadores comemoram aprovação de medidas do governo do Estado

Página - 3

Trabalhadores comemoram aprovação de medidas do governo do Estado

As medidas provisórias encaminhadas pelo governador Flávio Dino à Assembleia Legislativa (AL) e aprovadas pelos deputados estaduais foram bem recebidas pelos representantes das categorias profissionais dos servidores públicos. Entre as conquistas estão reajuste de 13,01% nos vencimentos dos professores, aumento de gratificação para gestores escolares, defesa dos militares pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e criação das Secretarias de Agricultura Familiar e da Transparência.

O presidente dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipal do Estado do Maranhão (Sinproesemma), Júlio Pinheiro, recebeu a notícia do reajuste de forma positiva. Ele lembrou que para obter o benefício, os educadores não precisaram recorrer ao enfrentamento com paralisações, o que ocorria em anos anteriores.

"Há muito tempo lutamos para cumprir a lei do piso, mas tivemos que fazer greves históricas para que o governo passado cumprisse. Já com Flávio Dino não foi preciso tomarmos medidas radicais. O reajuste veio sem ocorrer qualquer manifestação da categoria, ratificando o compromisso do governador com a educação. O novo salário do professor é resultado da sensibilização de Flávio que sabe da importância da educação para o estado", afirmou Júlio Pinheiro.

A aprovação da MP 192/2015 beneficia 28.577 profissionais da educação e o reajuste salarial dos professores da Educação Básica é uma das medidas que parte



do pacote de benefícios destinado à área da educação. O governo Flávio Dino estabeleceu diversas medidas direcionadas à área da educação, como progressão salarial dos professores da rede estadual de ensino, reajuste dos professores contratados, reforma emergencial de 93 escolas e a realização de seletivo para a contratação de mil professores.

Entre as outras MPs aprovadas esta semana estão as 185, 186 e 187, que tratam respectivamente, da representação judicial de policiais e bombeiros pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), da criação da Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC) e da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF). As medidas definem também uma mudança no modelo de gestão e a valorização de categorias fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

"Agora nós temos mais segurança para atuar na defesa da sociedade, sabendo que estamos amparados pelo Governo. Em caso de necessidade, não teremos mais que tirar dinheiro do próprio bolso e pagar advogados. Isso foi muito bem visto por nossa categoria", afirmou o presidente da As-

sociação dos Servidores Públicos Militares do Maranhão, João Ronaldo de Souza Mendes, a respeito da MP 185, que trata da representação de policiais civis, policiais militares e bombeiros pela PGE.

A representação é válida somente para ações judiciais em decorrência da atividade profissional. A medida está alinhada com a política do Governo do Maranhão para fortalecimento do sistema de segurança pública para reverter o atual cenário de violência.

Também tiveram repercussão a aprovação das MPs 186 e 187, que definiram uma minireforma administrativa. Foram extintos órgãos públicos que atuavam de forma sobreposta e criadas duas novas secretarias: Transparência e Controle (STC) e Agricultura Familiar (SAF). A mudança garantiu o aumento da eficiência da máquina pública e mais qualidade dos serviços prestados à população.

Além de desenvolver as competências e incumbências da Controladoria e da Corregedoria Geral do Estado, a STC vai ajudar direta e imediatamente na defesa do patrimônio público, um dos compromissos assumidos pelo governador Flávio Dino

desde o período de campanha. Entre as responsabilidades da STC estão controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção, atividades de ouvidoria e o incremento da transparência da gestão.

"Uma novidade muito interessante é a ouvidoria, que permitirá que a própria população faça denúncias para a secretaria investigar. Além disso, perceberemos uma mudança do modelo de gestão. Antes estávamos muito focados apenas nas fiscalizações, agora, além disso, vamos assessorar as secretarias para evitar que atos administrativos irregulares sejam realizados", explicou o presidente da Associação de Auditores da Auditoria Geral do Estado, José Carlos de Abreu Fernandes.

Já a SAF fará a reestruturação de todo o sistema administrativo de apoio e assistência técnica à agricultura familiar, beneficiando mais de dois milhões de agricultores do Estado. A criação dessa secretaria atende a reivindicações antigas dos trabalhadores rurais do Maranhão e assegura o compromisso da gestão estadual em valorizar o setor.

"Há muito tempo o movimento sindical solicitava uma secretaria que discutisse e valorizasse a agricultura familiar. Acredito que agora teremos um olhar mais atencioso para as nossas causas, como amenizar as desigualdades existentes entre o campo e a cidade, principalmente no que diz respeito à educação", frisou a secretária-geral da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão, Ângela Silva.

Estado passa a integrar Comissão de Regularização Fundiária

O Governo do Maranhão passa a integrar a Comissão de Regularização Fundiária, para ampliar o número de áreas legalizadas na Grande Ilha e promover justiça social. A decisão foi apresentada pelo governador Flávio Dino na tarde desta sexta-feira (27), durante reunião com a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luiza Nepomucena; com representantes da Superintendência de Patrimônio da União e da Prefeitura de São Luís, além de membros do governo.

"Desenvolvimento e justiça social são as nossas bandeiras. Vamos definir as áreas prioritárias de regularização e garantir a compatibilização de todos os interesses em um projeto de desenvolvimento e justiça social, que é o que nosso governo propõe", afirmou o governador ao explicar que

o Estado passa a fazer parte da Comissão de Regularização Fundiária da Grande Ilha.

Formada pela Corregedoria Geral de Justiça, 1ª Vara de Fazenda Pública, Prefeitura de São Luís, Serviço de Patrimônio da União (SPU), 8º Cartório de Notas do Itaqui-Bacanga e os dois Cartórios de Registros de Imóveis de São Luís, a Comissão de Regularização Fundiária passa a contar também com o Governo do Maranhão.

A juíza da 1ª Vara de Fazenda Pública ressaltou a importância do apoio logístico do Governo do Estado para a resolução da questão fundiária da Grande Ilha. "A demanda para a regularização de imóveis da capital é muito grande, por isso, é preciso que concorram os órgãos do Estado, do mu-

nicipio e a comunidade. É louvável a iniciativa de todos que compõem a comissão para implementar e resgatar essa dívida social, principalmente na Ilha de São Luís que basicamente está assentada em terrenos precarizados", explicou a juíza Luiza Nepomucena.

Durante a reunião com representantes de todos os órgãos da comissão foi deliberada a necessidade de promover amplo diagnóstico das áreas que precisam de legalização na Grande Ilha. Para assegurar maior celeridade a este processo, o governador Flávio Dino determinou que a secretaria de Cidades, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) passem a fazer parte do grupo.

"O Estado, necessariamente, deve compor esse

grupo intersetorial para promover regularização de áreas, principalmente aquelas que são ocupadas por famílias de baixa renda", disse a secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Flávia Alexandrina, ao explicar que no âmbito do PAC Rio Anil, inicialmente, o benefício será levado a mais de três mil famílias.

Para o presidente do Iterma, Mauro Jorge, a comissão interinstitucional que, conjuntamente, aprovará os projetos de regularização fundiária é de fundamental importância para a resolução do problema da questão fundiária da Grande Ilha. "Temos uma demanda muito grande nesta área e esta força tarefa certamente será um grande passo para resolver a questão fundiária na região metropolitana de São Luís", disse.

Parceria inédita vai facilitar operações de compra e venda de veículos no MA

PÁGINA 10 [C1]

Parceria inédita vai facilitar operações de compra e venda de veículos no Maranhão

MANOEL SANTOS NETO

Em entrevista ao Jornal Pequeno, a corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, informou que uma parceria inédita será celebrada, nos próximos meses, entre os cartórios maranhenses, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e o Poder Judiciário do Maranhão.

Através do Provimento Nº 2/2015, baixado pela Corregedoria, os cartórios, com atribuição de Tabelionato de Notas e de Registro de Títulos e Documentos, ficarão obrigados a informar eletronicamente operações de venda e compra ou qualquer forma de transferência de propriedade de veículos ao órgão de trânsito do Estado do Maranhão.

Este Provimento estipula nova forma de transmitir informações no registro e na transferência dos veículos. O que acontecerá de forma imediata, devido à interligação digital direta, entre o Detran e os cartórios. Hoje, os compradores tem até 30 dias para fazer a transferência do veículo. O que, para o vendedor,

pode trazer prejuízos, pois em caso de multas e até crimes, o antigo proprietário é que é responsabilizado e recebe as multas, por exemplo. Com a medida adotada pela Corregedoria Geral da Justiça, essa situação não vai mais acontecer.

Esta medida, que terá um custo mínimo para a população, tem como objetivo garantir a segurança jurídica da transação, evitando fraudes de documentos, clonagem de veículos, aquisição de pontos indevidos na habilitação e todo o tipo de responsabilidade civil e criminal indevida.

A novidade traz benefícios para ambas as partes do processo de aquisição dos veículos. O reconhecimento de firma que o comprador fará, chegará imediatamente ao Detran. Assim, quando ele for ao órgão estadual para transferir o Documento Único de Transferência (Dut) saberá que o carro pode ser transferido, além de o processo ser bem mais ágil.

Para conseguir realizar a transferência, o vendedor deve dirigir-se ao Cartório de sua preferência portando o Certificado



DIVULGAÇÃO

A desembargadora Nelma Sarney destaca melhoria do Judiciário no Estado

de Registro do Veículo (CRV), documento de identificação e, preferencialmente, comprovante de residência. Após o preenchimento das informações do

comprador no verso do CRV, é feito o Reconhecimento de Firma do vendedor. Em seguida, a informação eletrônica da venda será enviada ao Detran.

Nelma Sarney diz que o Judiciário é cada vez mais eficiente no Maranhão

Na entrevista ao JP, a corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, declarou que o Poder Judiciário é cada vez mais demandado, em todo o País, mas - graças ao esforço conjunto de toda a magistratura - a Justiça está ficando cada vez mais célere e eficiente no Maranhão. A desembargadora garante que, desde o início de sua gestão, em dezembro de 2013, a Corregedoria Geral da Justiça vem implementando um conjunto de iniciativas objetivando a melhoria da prestação jurisdicional em todo o Estado.

"O contexto social em que vivemos exige uma atuação enérgica do Poder Judiciário, mas sem estar dissociado da sociedade a sua volta. Promover cidadania é também um dos nossos objetivos, razão pela qual buscamos sempre desenvolver uma atuação integrada com outras instituições e abri-

mos espaço para o diálogo com os cidadãos", afirmou Nelma Sarney.

Segundo ela, Relatório da Corregedoria, recentemente publicado, mostra que, apesar do aumento da demanda processual por parte da sociedade, os juízes maranhenses estão mais atuantes e julgando mais a cada ano. Em 2014 o Índice de Desobstrução Processual (IDP), que faz a relação entre o número de novas ações e a quantidade de processos julgados, alcançou 90,69%, contra 81,66% e 63,28% em 2013 e 2012, respectivamente, revelando incremento das ações julgadas.

Para a desembargadora Nelma Sarney, o resultado positivo decorre de uma atuação mais planejada que vem sendo desenvolvida pelo Judiciário maranhense. Ela destaca a boa atuação da gestão anterior, sob a coordenação do desembargador

Cleones Cunha, mas reforça que outras iniciativas foram implantadas, a fim de dar impulso ao julgamento das ações.

"É evidente que o Judiciário vive uma nova realidade, concretizada com a implementação de ações que têm resultado direto na melhoria dos processos e na eficiência dos serviços judiciais. Considerando o processo de evolução em busca da excelência, que é característico de um trabalho planejado, estamos dando continuidade, bem como melhorando e inovando em diversas frentes de ação", frisou Nelma Sarney.

A análise permanente realizada pela Corregedoria da Justiça permite a adoção de medidas que visam a acelerar a prestação dos serviços judiciais, a exemplo da instituição do projeto Estante Vazia e o novo modelo de correições estabelecido, que permite aperfeiçoar os procedi-

mentos realizados nas unidades judiciais.

Um dos segmentos da Justiça com resultados mais expressivos foi o Sistema de Juizados. Conforme Relatório de Desempenho, as ações judiciais nessas unidades passaram a tramitar com mais agilidade e serem solucionadas em menos de um ano.

Apesar do considerável aumento dos julgamentos, a Corregedoria constatou que o número de processos subiu de 448 mil em 2013 para 456 mil em 2014. Para a corregedora Nelma Sarney, esse número reflete uma tendência nacional, onde praticamente todos os estados apresentam crescimento em seus acervos processuais. Ela afirmou que a tendência para os próximos anos é a diminuição desse acervo, considerando o incremento de novos juízes neste ano de 2015.

►► Saiu num blog essa semana que as diárias do Tribunal de Justiça são maiores do que as dos poderes executivo e legislativo!!! São mesmo!!! O blogueiro só esqueceu de dizer que a presidente do TJ, que é toda 'enquadrada', cumpre uma norma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)!!! Custava???!!!



José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com

O QUE NOS ENLOUQUECEM SÃO AS NOSSAS CERTEZAS

Muitas vezes, pensamos de nós e concluímos sobre nós o que nem sempre é a percepção dos outros. Ao constar essa realidade, nos flagramos, de regra, decepcionados e tristes – quando não deprimidos. Assim como qualquer outra pessoa, também, às vezes, faço de mim o juízo que não corresponde à avaliação dos meus congêneres.

Nesse sentido, lembro-me de que, certa feita, estando com a minha família em viagem de férias, procurei, como sempre, servir e agradar, de todas as formas, aos meus filhos e à minha mulher, o que é próprio da minha personalidade.

Não sei e não gosto de infelicitizar as pessoas; se eu não tiver condições de estabelecer uma relação prazerosa com os que estão em volta de mim, seja no trabalho, seja na minha família, eu não fico bem comigo mesmo.

Conforme eu dizia, nessa viagem de férias procurei fazer de tudo que estivesse ao meu alcance para que todos ficassem numa boa, para que as férias fossem prazerosas e, se possível, inesquecíveis, por tudo o que de bom fosse desfrutado por nós.

Determinado dia, depois de muitas concessões a todos e bem poucas a mim, sem nada reclamar, para não ser desagradável, mesmo em face do brusco rompimento da minha rotina, resolvi bater o martelo e decidi que naquele dia eu voltaria para o hotel a fim de almoçar no meu horário (meio-dia) e para

tirar uma sesta, já que estava com saudade da minha rotina. Isso foi o bastante para que me elegeassem, em votação aberta e por unanimidade, o, digamos, menos simpático da viagem, – sem nenhuma concessão, sem apelo.

O mais grave é que eu, na minha (falsa) percepção – e aqui está o ponto principal dessas reflexões – imaginava exatamente o contrário, a reafirmar, mais uma vez, como diz o título desse artigo, que somos enlouquecidos pelas nossas certezas, daí o perigo de uma falsa percepção de nós mesmos, como é comum ocorrer, sobretudo com os que têm a vaidade desmedida e que consideram seu umbigo como o centro do universo.

Não preciso dizer da minha inquietação, da minha frustração, do meu desapontamento com a minha “eleição”, muito embora, depois, tudo tenha se transformado em uma grande gozação, o que, afinal, era mesmo o que pretendiam os meus filhos e minha mulher, competentes e fiéis administradores das minhas manias.

Mas, ainda assim, fiquei com uma pontinha de decepção, porque vi nessa manifestação a constatação de um fato, que eu, com as minhas equivocadas certezas, não tinha conseguido perceber. Ainda tentei argumentar em minha defesa, mas não fui nem um pouco convincente, pois, quanto mais eu tentava argumentar, mais eles reafirmavam que eu tinha sido pouco simpático, cheio de manias, cheio de rotinas,

e que as rotinas, em viagem, eram para ser quebradas, o que, de rigor, estou de acordo, tanto que só pedi um dia de concessão, o que me foi terminantemente negado.

Mas o que importa mesmo é a constatação de que os loucos iguais a mim vivem os seus delírios, creem nos seus sonhos, se equivocam nas suas certezas e sofrem por isso.

Quanto ao incidente aqui relatado, posso afirmar com alegria que no final tudo se transformou em uma grande festa, daquelas que ocorrem, naturalmente, numa família unida e que se ama verdadeiramente.

A certeza que eu tinha de ter me doado ao máximo aos meus filhos para lhes proporcionar as férias dos sonhos, quase me “enlouquece”, ao constatar que, diferente do que eu pensava, eu apenas delirava.

Mas o que importa mesmo é que, ao fim e ao cabo, depois de tudo, vivemos e vivenciamos momentos inesquecíveis na companhia um do outro. É que a “eleição” foi apenas um detalhe, uma grande gozação, que nos divertiu e nos uniu ainda mais, pois, afinal, o que sobrelava, o que assoma, o que se consolida mesmo, com força voraz e incontável, em torno dessas e de outras questões, é o amor que nos une e a necessidade que temos de estar juntos, respeitando sempre a individualidade de cada um, entendendo que se deve ceder, sempre que for necessário, em nome do amor e da união que devem prevalecer nas relações familiares.

Curso (II)

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) inicia nesta segunda-feira, 2 de março, às 09h, o curso de formação inicial para ingresso na magistratura, destinado a 104 candidatos aprovados no último concurso para o cargo de juiz substituto de entrância inicial, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

- No auditório do Fórum de São Luís, a noite de terça-feira foi de cerimônia de posse do advogado Daniel Blume Pereira de Almeida na Academia Ludovicense de Letras.
- A solenidade foi presidida por Roque Pires Macatrão, e o novo acadêmico foi conduzido pelos membros André Gozalez Cruz e Osmar Gomes dos Santos.

Fórum em Defesa da Baixada Maranhense

Com o propósito de somar esforços junto às forças municipais e entidades representativas de cada município, como associações, sindicatos, etc., está sendo criado o Fórum em Defesa da Baixada Maranhense, uma entidade da sociedade civil organizada, constituída por baixadeiros e admiradores da Baixada. O Fórum visa fazer a interlocução junto ao poder público com vistas às grandes demandas da região. Neste sábado, ocorreu no auditório da TV Assembleia a segunda assembleia do Fórum, onde foi escolhida a coordenação provisória.

O Fórum, segundo seus idealizadores, não tem e nem terá o propósito de suplantar ou inibir quaisquer outras organizações de mesmo interesse. Pelo contrário, ele quer coexistir na mesma intenção, no mesmo intuito. A luta de um será agora, aos olhos do Fórum, a luta de todos. Daí, estar aberto a adesões, sugestões e participação dos filhos da baixada.

►► Gente, e não é que a badalada Constan quer voltar para a fila dos precatórios!!! Pois é..., o jornal do meu chefe já deu o 'furo', quinta-feira!!! Vale a pena ler de novo!!! *"Constan quer voltar para a fila - A construtora Constan, acusada de dar propina ao Governo do Maranhão, na gestão Roseana Sarney, para 'furar a fila' e conseguir receber um precatório milionário, sentiu o peso da repercussão negativa do escândalo e quer voltar para o seu lugar de origem. E fez isso oficialmente, solicitando ao governo Flávio Dino a suspensão do acordo fechado com a administração estadual anterior, pois é sua intenção voltar para a fila. O pedido da Constan soa estranho na medida em que se sabe que esse acordo está suspenso judicialmente. Em julho do ano passado, depois que estourou a operação Lava Jato, e com a prisão do doleiro Aberto Youssef no Hotel Luzeiros, em São Luís, a juíza Luzia Nepomucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública, suspendeu o acordo. Mesmo assim, a Constan ainda conseguiu a receber duas parcelas do precatório. Além de Roseana e ex-auxiliares, como João Abreu (Casa Civil) e Bernardo Brangel (Planejamento), que prestarão depoimento na Polícia quando a Secretaria de Estado da Segurança iniciar a investigação a ser solicitada pela Central de Inquéritos do Tribunal de Justiça do Estado, serão ouvidos dirigentes da Constan e o doleiro Alberto Youssef"!!!*